



DÓLAR FECHA EM ALTA E BOLSA RECUA COM REPERCUSSÃO DE TAXA DE 25% DOS EUA SOBRE O BRASIL

O dólar fechou em alta de 0,4% nesta quinta-feira (16), cotado a R\$ 5,099, com investidores atentos aos desdobramentos da decisão dos Estados Unidos de impor uma tarifa adicional de 25% sobre parte dos produtos brasileiros. A medida foi anunciada na noite da última quarta-feira (15) e encerra a investigação conduzida com base na Seção 301 da Lei de Comércio dos EUA, iniciada em julho do ano passado. As tarifas entram em vigor em 22 de julho.

A Bolsa fechou em queda de 1,24%, aos 173.825 pontos, segundo dados preliminares, perdendo o patamar dos 176 mil pontos. Segundo Rebecca Nossig,

analista de investimentos da Nomad, o mercado operou sob forte aversão ao risco após o anúncio das tarifas pelos EUA.

"O cenário de incerteza comercial e diplomática impulsionou a busca por proteção cambial, fazendo o dólar registrar um movimento firme de alta, enquanto o Ibovespa aprofundou suas perdas ao longo do pregão, refletindo a preocupação dos investidores com os impactos na balança comercial e na rentabilidade das empresas exportadoras", afirma.

O efeito, no entanto, foi limitado, uma vez que a lista de produtos atingidos pelos EUA trouxe uma série de isenções que preservaram itens importantes da pauta

de exportações brasileira. Além disso, a medida já era amplamente esperada pelos investidores.

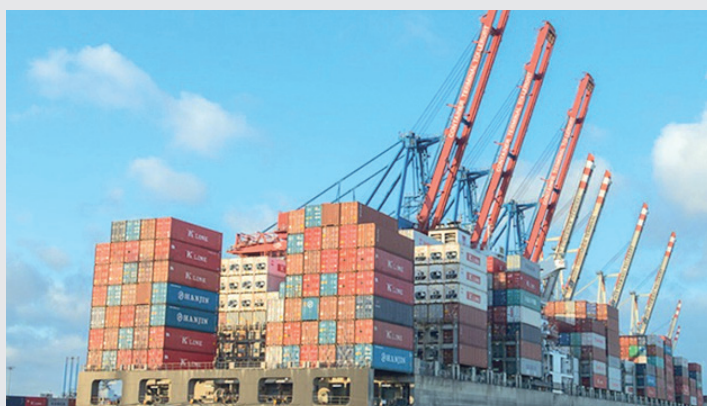
Entre as empresas do Ibovespa que mais poderiam ser afetadas, segundo os analistas, o movimento foi misto. As ações da Klabin recuaram 0,17%, enquanto as da Suzano subiram 0,53%. Os papéis da Weg recuaram 1,74%, os da Vale caíram 2,05%, os da Embraer recuaram 0,70%.

A forte queda da Vale refletiu a maior sensibilidade da mineradora às tarifas comerciais. Já o desempenho positivo da Suzano foi favorecido pela valorização do dólar, uma vez que a companhia tem receitas atreladas à moeda americana.

Folhapress



DESTAQUES DO DIA



Isenções reduzem para 16% tarifa efetiva dos EUA ao Brasil, estimam analistas

Haddad diz que Flávio quer privatizar o Pix e cobra autocrítica de Tarcísio após tarifaço

Maioria culpa Flávio Bolsonaro por tarifaço dos EUA, aponta Genial/Quaest

União pagou R\$ 696,38 milhões em dívidas de estados e municípios



BYD chega a 100 mil carros montados na Bahia e projeta produção local



NO MUNDO

Irã ameaça expandir ofensiva no Golfo após ameaças de Trump e nova rodada de ataques

O Irã afirmou nesta quinta-feira (16) que o estreito de Hormuz é uma "linha vermelha" inviolável e advertiu que atacará infraestrutura americana na região do Golfo caso o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, cumpra a ameaça de bombardear instalações energéticas iranianas. Os EUA mantêm bases militares em diversos países aliados do Golfo. Washington realizou, na quarta-feira (15), a quinta noite consecutiva de bombardeios e restabeleceu um bloqueio naval aos portos iranianos. Segundo a Casa Branca, a ofensiva busca forçar a reabertura do estreito de Hormuz.

A via marítima voltou a ser bloqueada por Teerã no último sábado após o colapso de uma frágil trégua entre os países. Após os primeiros bombardeios da nova ofensiva, na noite



de quarta-feira, o principal negociador iraniano, Mohammad Baqer Qalibaf, divulgou uma declaração afirmando que o país trava uma "guerra essencial e existencial" contra Washington.

O porta-voz do Exército iraniano, Mohammad Akraminia, declarou nesta quinta que o estreito de Hormuz, por onde passava cerca de um quinto das remessas globais de petróleo e gás antes da guerra, é uma "linha vermelha" para o Irã.

"Os americanos acreditaram que, ao atacar algumas de nossas bases na costa sul do país, poderiam assumir o controle [da via marítima]. No entanto, a Re-

pública Islâmica do Irã tem capacidade para exercer controle sobre Hormuz a partir de todos os pontos de seu território, e isso nunca depende exclusivamente de costas ou ilhas", afirmou.

Segundo três autoridades americanas ouvidas pela Reuters, os ataques destinados a forçar a reabertura de Hormuz também miram instalações militares iranianas que Washington pretende destruir antes de lançar operações mais complexas.

Na terça-feira (14), Trump disse que atacará usinas de energia e pontes iranianas na próxima semana, caso Teerã não retomasse as negociações. Folhapress

Novos bombardeios atingem região perto do Estreito de Hormuz, no Irã

Vários ataques dos Estados Unidos atingiram nesta quinta-feira (16) áreas próximas ao Estreito de Ormuz, segundo autoridades iranianas citadas por veículos estatais. Os bombardeios ocorrem em meio à retomada das hostilidades entre Washington e Teerã.

A ilha iraniana de Qeshm foi atingida por "mísseis americanos" em diversos ataques no início da noite, segundo o governo da província de Hormozgan. A informação foi divulgada pelas agências iranianas Fars e Tasnim.

A região de Bandar Abbas, na costa iraniana do Estreito de Ormuz, também foi alvo de uma "agressão aérea do inimigo americano", informou a televisão estatal do Irã. De acordo com autoridades locais citadas pela emissora, não

houve registro de mortos ou feridos nos ataques.

Os bombardeios ocorrem em meio à escalada do confronto entre Estados Unidos e Irã, que voltaram a trocar ataques nos últimos dias. Mais de 30 civis morreram desde a retomada dos confrontos, segundo o governo iraniano.

Nesta quinta mais cedo, o Irã ameaçou aumentar os ataques no Oriente Médio caso a promessa de Donald Trump de atacar centrais de energia do país seja cumprida. O porta-voz do exército iraniano fez as ameaças em um comunicado divulgado no Telegram.

"Grande parte das capacidades das forças armadas ainda não foi demonstrada", afirmou. Segundo ele, todas as respostas serão "proporcionais" e "excederão as expectativas do inimigo". Folhapress

Cuba vê influência de retorno de Trump e bloqueios no aumento das jornadas de migrantes ao Brasil



O retorno de Donald Trump à Presidência dos Estados Unidos, as medidas de bloqueio econômico intensificadas contra Cuba e as "práticas anti-humanas" contra migrantes adotadas por Washington são o pano de fundo do aumento sem precedentes do fluxo de cubanos ao Brasil, na visão da embaixada da ilha caribenha em Brasília.

Um conflito militar entre EUA e Cuba ameaça de invasão à ilha são consideradas reais pelo regime cubano pode piorar esse cenário, com migração desordenada, segundo o embaixador Víctor Manuel Palomo, em entrevista

"Uma guerra militar

contra Cuba teria graves consequências. Um conflito militar seria de alta intensidade e levaria à desestabilização da região, com inúmeras mortes entre o povo cubano e cidadãos dos EUA", disse Palomo. "Analisistas mencionam que, entre as consequências de uma agressão militar a Cuba, está um possível movimento migratório desordenado."

O retorno de Trump ao poder e a designação de Marco Rubio como secretário de Estado, cargo de quem exerce a chefia da diplomacia americana coincide com o aumento das jornadas amazônicas de cubanos no Brasil, conforme o embaixador. Uma "guerra multidimensional"

levada adiante por Trump e Rubio termo usado para se referir aos bloqueios econômicos sistemáticos provoca apagões de energia, falta de água potável, queda na produção de alimentos e de medicamentos e deterioração de serviços básicos, segundo Palomo. A intensificação dessas deficiências em Cuba é constantemente mencionada por migrantes do país que decidem buscar o Brasil, como a Folha constatou na apuração feita em Oiapoque (AP) no extremo norte do país, uma região de Amazônia atlântica e em Santana (AP), cidade vizinha a Macapá cujo porto é usado nas jornadas rumo a cidades mais ao sul do país. Folhapress

DATA
MERCANTIL

São Paulo

◆ JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.
CNPJ nº 35.960.818/0001-30
Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

◆ Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

◆ EDITORIAL: Daniela Camargo
◆ COMERCIAL: Tiago Albuquerque
◆ Serviço Informativo: FolhaPress,
Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-
Dinheiro, Notícias Agrícolas.

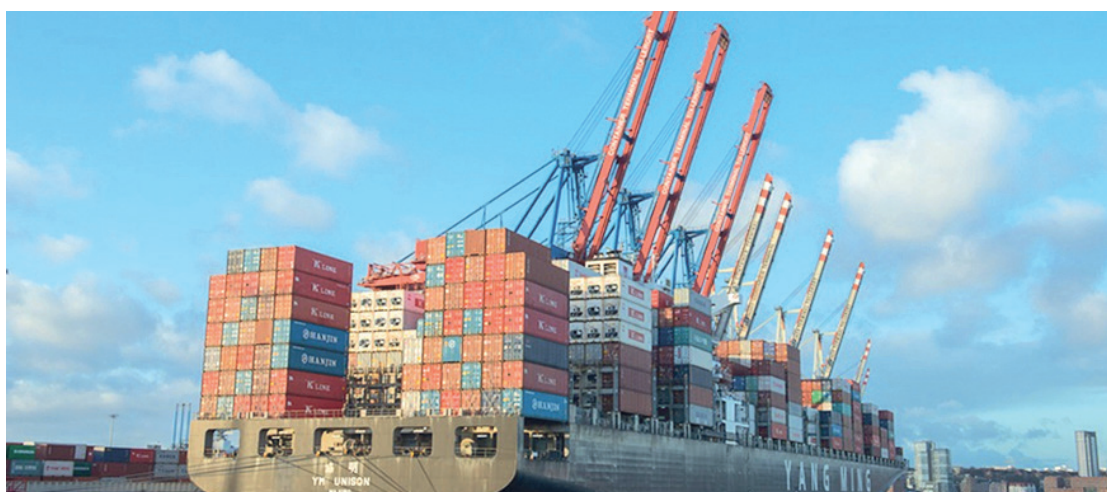
Rodagem:
Diária

Fazemos parte
da



ECONOMIA

Isenções reduzem para 16% tarifa efetiva dos EUA ao Brasil, estimam analistas



Os mais de 2.100 produtos isentos da tarifa de 25% imposta pelo governo dos Estados Unidos amortecerão o baque do tarifação na pauta exportadora do país. A leitura é de especialistas em comércio exterior ouvidos pela reportagem, que afirmam que a alíquota efetiva será menor do que os 25% definidos pela gestão Donald Trump após meses de negociações.

"Temos esse número cheio, de 25%, e uma lista de mais de 2 mil produtos isentos. Ao olhar a estrutura de comércio em função das isenções e exceções, a tarifa efetiva é bem menor do que o número cheio", diz Lívio Ribeiro, pesquisador associado do FGV Ibre e sócio da

BRCG Consultoria.

"Na prática, os 25% serão a exceção, e não a regra."

Pelos cálculos da consultoria MB Associados, a alíquota efetiva é cerca de 16,5% no cenário provável, podendo subir até 18% no mais adverso. O cálculo foi feito com base na pauta exportadora do Brasil para os Estados Unidos em 2025 e leva em conta que nem todos os itens serão atingidos da mesma forma.

Os produtos isentos, segundo a consultoria, são mais da metade da pauta (51,5%). Os itens expostos à tarifa anunciada na véspera, no contexto da seção 301, são 25,2%. Outra parcela significativa (14,3%), como aço primário e produtos semiacabados, enfrenta uma

alíquota adicional de 50% pela seção 232.

O restante da pauta se divide em setores menores, mas também impactados, como veículos e autopeças, alumínio, derivados de aço e cobre. Há ainda um grupo de produtos com isenção parcial, como peças de aeronaves e produtos farmacêuticos, que representa 5,5% do total e é tratado como isento no cenário central, mas que, na hipótese mais adversa, passaria a ser tarifado com 25%. A MB estima que o custo tarifário bruto pode alcançar US\$ 2,38 bilhões anuais, mas o número só será precisado com exatidão após as decisões sobre a seção 232 e a investigação em curso sobre trabalho forçado.

Folhapress

Vendas no varejo crescem 0,1% de abril para maio, diz IBGE

O volume de vendas no comércio varejista brasileiro cresceu 0,1% em maio, na comparação com o mês anterior. A alta veio depois de uma queda de 1,6% na passagem de março para abril. Os dados da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) foram divulgados nesta quinta-feira (16), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na média móvel trimestral, houve uma queda de 0,2%. Nos demais tipos de comparação, no entanto, o varejo apresentou avanços: de 0,4% na comparação com maio do ano passado, de 1,7% no acumulado do ano e de 1,4% no acumulado de 12 meses.

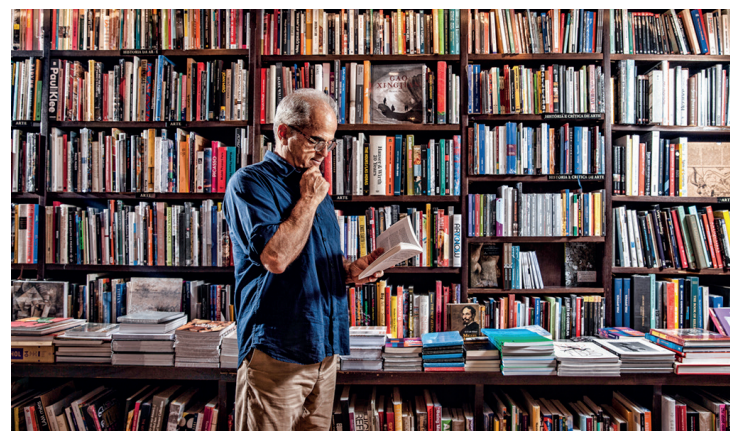
"No ano de 2026, o varejo vem crescendo a maioria do

tempo", afirma o gerente da pesquisa, Cristiano Santos. "Apenas abril apresentou resultado no campo negativo".

A alta de 0,1% de abril para maio foi puxada por cinco dos oito setores pesquisados: livros, jornais, revistas e papelaria (15,2%), tecidos, vestuário e calçados (3,1%), móveis e eletrodomésticos (2,7%), artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (1,4%) e combustíveis e lubrificantes (1,1%).

Por outro lado, três setores apresentaram queda: equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (-1,7%), hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-1,5%) e outros artigos de uso pessoal e doméstico (-0,3%).

Vitor Abdala/ABR



União pagou R\$ 696,38 milhões em dívidas de estados e municípios



A União pagou R\$ 696,38 milhões em dívidas atrasadas de estados e municípios em junho, segundo o Relatório Mensal de Garantias Honradas divulgado nesta quinta-feira (16) pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Ao todo, foram quitados débitos em atraso de três governos estaduais e de quatro prefeituras.

Os estados que precisaram de cobertura do Tesouro Nacional em junho foram:

Rio de Janeiro: R\$ 573,70 milhões;

Rio Grande do Sul: R\$ 73,06 milhões;

Rio Grande do Norte: R\$ 7,11 milhões.

Em relação aos municípios, tiveram dívidas pagas

pela União as prefeituras de Taubaté (SP), com R\$ 29,23 milhões; São Gonçalo do Amarante (RN), com R\$ 13,11 milhões; Paranã (TO), com R\$ 106,97 mil; e Santanópolis (BA), com R\$ 67,19 mil.

O valor coberto pelo governo federal para as dívidas não honradas pelos municípios somou R\$ 42,51 milhões em junho.

Desde 2016, a União desembolsou R\$ 89,42 bilhões para honrar garantias concedidas em operações de crédito contratadas por estados e municípios. Essas garantias são acionadas quando estados ou municípios deixam de pagar parcelas de empréstimos e financiamentos contratados junto a instituições

financeiras nacionais ou internacionais.

Nesses casos, a União quita a obrigação perante o credor e passa a buscar o ressarcimento dos valores por meio das contragarantias previstas nos contratos.

De acordo com o Tesouro, dos R\$ 89,42 bilhões honrados pela União desde 2016, aproximadamente R\$ 79,70 bilhões estão relacionados ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) ou a saldos de contratos administrados pela STN.

Nesses casos, os montantes pagos pela União são refinanciados em contratos de longo prazo, em vez de serem recuperados imediatamente por meio da execução das contragarantias.

Pedro Peduzzi/ABR

POLÍTICA

Haddad diz que Flávio quer privatizar o Pix e cobra autocrítica de Tarcísio após tarifaço



O ex-ministro Fernando Haddad (PT) afirmou nesta quinta-feira (16), em reação ao novo tarifaço dos Estados Unidos, que o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) quer privatizar o Pix e cobrou do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) uma autocrítica em relação ao governo de Donald Trump.

Na noite desta quarta-feira (25), o presidente americano acolheu uma recomendação do USTR (Escritório do Representante do Comércio dos EUA) e decidiu tarifar em 25% produtos brasileiros. A lista de exceções inclui carne, café, suco de laranja e partes para a fabricação de aviões.

A sobretaxa deve entrar em vigor em uma semana.

"Espero que Tarcísio reavalie a sua posição de apoio ao governo dos Estados Unidos. Tem que reavaliar e fazer uma autocrítica de ter sido ingênuo de imaginar que outro país fosse defender os interesses do nosso país. Foi uma ingenuidade muito grande", declarou Haddad em entrevista a jornalistas no município de Jales (SP).

Procurada, a assessoria de Tarcísio não retornou.

Como mostrou a Folha de S. Paulo, a abordagem de Tarcísio em relação ao tarifaço mudou ao longo do tempo. O governador oscilou, ainda em 2025, entre o endosso a Trump,

recados ao STF (Supremo Tribunal Federal) e críticas ao governo Lula (PT), mas depois recuou diante da repercussão negativa das medidas.

Segundo o pré-candidato do PT, é preciso parar com "essa ideologia" e como esse "Fla-Flu no Brasil".

"Nós precisamos nos unir nessa hora", disse Haddad na entrevista. "Aqueles que estavam apoiando o governo Trump, os brasileiros que estavam apoiando o governo Trump, precisam rever a sua posição. E o Brasil precisa estar unido para dar uma resposta a essa agressão completamente fortuita, gratuita ao nosso país."

Folhapress

Moraes assume presidência do STF durante recesso e decidirá sobre questões urgentes

O ministro Alexandre de Moraes assumirá na sexta-feira (17) a presidência do STF e ficará à frente da corte até o fim do recesso, em 31 de julho. Ele decidirá sobre questões urgentes durante o período, como determina o regime interno.

Moraes é atualmente vice-presidente do Supremo. O tribunal é chefiado pelo ministro Edson Fachin, que comanda o plantão judicial desde 2 de julho até esta quinta (16). Os dois tomaram posse nos postos em setembro de 2025, reeditando a dobradinha do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) de 2022.

Tradicionalmente, o STF tem dois períodos de recesso: entre o fim e o início do ano, de dezembro a janeiro, com a abertura oficial do ano judiciário em fevereiro, e na metade do ano, em julho. As sessões plenárias e os prazos processuais são suspensos, mas há um regime de plantão para decidir medidas urgentes.

A diretora-geral do STF, Desdêmona Tenório

de Brito Toledo Arruda, suspendeu os prazos processuais de 2 a 31 de julho de 2026, prorrogando as datas para 3 de agosto.

Durante a pausa de janeiro, Moraes determinou a abertura de um inquérito para apurar o vazamento de dados fiscais de ao menos dois ministros. O objetivo era apurar se houve quebra de sigilo na Receita Federal ou no Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) de integrantes da corte e familiares.

A decisão se deu, segundo apurou a reportagem, após a divulgação de informações no âmbito do caso Banco Master envolvendo Moraes e o colega Dias Toffoli, então relator do processo sobre o banco na corte e depois afastado por sua ligação com a instituição de Daniel Vercaro.

Segundo documentos da Receita, o Master declarou pagamentos ao escritório da mulher do ministro do STF Alexandre de Moraes, o Barci de Moraes Sociedade de Advogados, de R\$ 80,2 milhões em dois anos. Folhapress

Maioria culpa Flávio Bolsonaro por tarifaço dos EUA, aponta Genial/Quaest



Novo recorte de pesquisa Genial/Quaest divulgado nesta quinta-feira (16) mostra que a maioria dos brasileiros culpa mais o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) do que o presidente Lula (PT) pelas tarifas anunciadas pelos Estados Unidos sobre produtos brasileiros.

Questionados sobre o motivo do anúncio, 51% dos entrevistados responderam concordar mais com Lula de que Flávio apoiou o tarifaço do país estrangeiro para prejudicar o governo federal. Outros 30% disseram acreditar mais na versão do senador, o qual nega e afirma que pediu para Trump não taxar o Brasil.

Foram entrevistados 2.004 eleitores de 16

anos ou mais por meio de entrevistas domiciliares face a face feitas de 10 a 13 de julho. A margem de erro máxima prevista é de 2 pontos percentuais, e o nível de confiança, de 95%. A pesquisa está registrada no TSE sob o código BR-07181/2026.

A pesquisa foi realizada antes de o governo de Donald Trump acolher recomendação do USTR (Escritório do Representante do Comércio dos EUA) e confirmar a aplicação de uma tarifa de 25% sobre produtos brasileiros, decisão divulgada nesta quarta-feira (15).

Segundo o levantamento, 62% dos entrevistados responderam ter conhecimento sobre a notícia das novas tarifas do governo america-

no, naquele momento ainda na fase de análise, ante 38% que disseram não ter ficado sabendo.

Quase metade dos brasileiros (49%) disse concordar mais com Lula no sentido de que as sobretaxas são uma retaliação dos Estados Unidos ao Pix. Por outro lado, cerca de um terço (33%) expressou alinhamento a Flávio, para quem essas tarifas foram uma resposta a declarações do petista contra os americanos.

No início deste mês, o pré-candidato do PL afirmou, em audiência nos Estados Unidos promovida pelo USTR, que a adoção de uma tarifa beneficiaria Lula e que agora seria "o pior momento" para implantá-la.

Folhapress

PUBLICIDADE LEGAL

TEC-LAB Medicina Diagnóstica S.A.									
CNPJ nº 51.131.969/0001-32									
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO									
Em cumprimento às normas legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025, acompanhadas das correspondentes Notas Explicativas. Permanecemos ao inteiro dispor de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. São Bernardo do Campo, 29 de Junho de 2026. A Administração.									
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)									
BALANÇO PATRIMONIAL						DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES			
ATIVO	2025	2024	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2025	2024		2025	2024	
Circulante	78.593	78.444	Circulante	35.238	35.669	Lucro líquido do exercício	14.061	11.722	
Caixa e equivalentes de caixa	25.972	29.319	Fornecedores	12.443	13.908	Outros resultados abrangentes	-	-	
Contas a receber	36.609	32.303	Obrigações trabalhistas	8687	8098	Total do resultado abrangente do exercício	14.061	11.722	
Estoques	2.572	2.275	Obrigações tributárias	1.049	893	DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA			
Impostos a recuperar	12.050	11.690	Passivos de arrendamento	12.746	12.391	Fluxos de caixa das atividades operacionais	2025	2024	
Adiantamento de fornecedores	370	1950	Outras contas a pagar	313	379	Lucro líquido do exercício	14.061	11.722	
Despesas antecipadas	689	688	Não circulante	44.588	44.975	Ajustes para reconciliar o lucro líquido dos exercícios			
Outros créditos	331	219	Passivos de arrendamento	43.901	43.611	com os recursos provenientes de atividades operacionais:			
Não circulante	88.587	80.543	Provisão para contingências	277	811	Depreciação e amortização	4.545	3.491	
Depósitos judiciais	336	512	Outras contas a pagar	410	553	Amortização direito de uso	12.902	12.133	
Impostos diferidos	1.443	1.652	Patrimônio líquido	87.354	78.343	Juros sobre arrendamento	1.912	1.577	
Imobilizado	31.391	23.908	Capital social	84.100	40.000	Provisão para contingências	(534)	(112)	
Direito de uso	53.784	52.541	Reservas de lucros	3.254	38.343	Provisão para perdas estimadas	330	(688)	
Intangível	1.633	1.930				Impostos diferidos	209	81	
Total	167.180	158.987	Total	167.180	158.987	Lucro líquido ajustado	33.425	28.204	
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS						Variações nos ativos e passivos			
	2025	2024		2025	2024	Contas a receber	(4.636)	1.226	
Receita operacional líquida	203.400	188.583		(116.653)	(109.178)	Estoques	(297)	(250)	
Custo dos serviços prestados	(70.343)	(67.466)	Lucro antes do resultado financeiro e dos imp.	16.404	11.939	Tributos a recuperar	(360)	(3.718)	
Lucro bruto	133.057	121.117	Resultado financeiro líquido	2.473	2.582	Adiantamento a fornecedores	1.581	(1.401)	
(Despesas) e outras receitas			Lucro antes dos impostos	18.877	14.521	Outros créditos	(112)	50	
Gerais e administrativas	(116.466)	(108.896)	IRPJ e CSLL correntes	(4.607)	(2.718)	Despesas antecipadas	(1)	5	
Tributárias	(923)	(917)	IRPJ e CSLL diferidos	(209)	(81)	Depósitos judiciais	176	(224)	
Outras	736	635	Lucro líquido do exercício	14.061	11.722	Fornecedores	(1.465)	2.906	
DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						Impostos e contribuições a recolher	157	(59)	
			Reserva de lucros			Obrigações sociais e trabalhistas	589	270	
			Capital social			Contas a pagar	(209)	(1.624)	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	40.000	1.587	Retenção de lucros	29.953	71.540	Pagamento arrendamento	(15.426)	(13.950)	
Reserva legal	-	586		(586)	-	Caixa liq. gerado nas atividades operacionais	13.422	11.435	
Lucro líquido do exercício	-	-		11.722	11.722	Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Juros sobre capital próprio	-	-		(4.493)	(4.493)	Direito de uso – remensuração	(14.147)	(15.179)	
Lucros distribuídos	-	-		(426)	(426)	Adição de ativos imobilizados e intangíveis	(11.731)	(12.340)	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	40.000	2.173		36.170	78.343	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(25.878)	(27.519)	
Reserva legal	44.100	704		(44.804)	-	Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Lucro líquido do exercício	-	-		14.061	14.061	Remensuração arrendamentos	14.160	15.160	
Juros sobre capital próprio	-	-		(4.948)	(4.948)	Juros sobre capital próprio	(4.948)	(4.493)	
Lucros distribuídos	-	-		(102)	(102)	Dividendos recebidos	(102)	(425)	
Saldos em 31 de dezembro de 2025	84.100	2.877		377	87.354	Caixa liq. aplicado nas atividades de financiamento	9.110	10.242	
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (em reais)						Aumento líquido de caixa e equiv. de caixa	(3.346)	(5.842)	
1. Contexto Operacional – TEC-LAB Medicina Diagnóstica S.A. , tem por objeto social a prestação de serviços de Atividades de Laboratórios de Análises Clínicas, Diagnóstico e Terapia. 2. Apresentação das Demonstrações e Principais Práticas Contábeis – As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo as seguintes as principais: 2.1 Caixa e equivalentes de caixa – Incluem caixa, contas correntes bancárias e aplicações de liquidez imediata com infimo risco, sendo apresentadas pelo custo acrescido dos juros auferidos. 2.2 Imobilizado – Registrado			pelo custo de aquisição sendo as depreciações computadas pelo método linear, de acordo com as taxas informadas na nota 3. 2.3 Ativos e passivos circulantes – Os ativos circulantes são apresentados ao valor de custo ou de realização. Os passivos circulantes são apresentados pelas obrigações assumidas e provisões de tributos e encargos trabalhistas calculados de acordo com a legislação pertinente. 2.4 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – As aliquotas do Imposto de Renda e da Contribuição Social são 15% (acrescida de adicional de 10% quando aplicável) e de 9%, respectivamente. O regime tributário adotado			é o Lucro Real. 2.5 Lucro Líquido por Ação – É calculado com base na quantidade de ações existentes nas datas dos Balancos. 3. Depreciação do Imobilizado – as taxas de depreciação praticadas pela empresa ao ano são: imóveis (exceto terrenos) 4%, bens móveis 10 a 20%, outros bens móveis 10 a 20%. 4. Capital Social – Em decorrência da capitalização de lucros retidos da Companhia, foi deliberado o aumento do capital social. Dessa forma, o capital social, totalmente integralizado, passou a ser de R\$ 84.100.000,00, dividido em 84.100.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.			
Luiz Carlos de Angelis Junior – Presidente – CPF 287.859.128-32			Olavo Romão da Silva – Contador – 1SP 138.893/0-7						
As Demonstrações Financeiras na íntegra, incluindo notas explicativas e o Relatório dos Auditores sobre as Demonstrações Financeiras, encontram-se a disposição na sede da Companhia.									

Pagar.me S.A.	
CNPJ/MF nº 18.727.053/0001-74 – NIRE 35.300.455.924	
Extrato da Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de março de 2026	
Data, Hora e Local: Em 03/03/2025, às 08h15, na sede da Companhia. Convocação e Presença: Dispensada a convocação, face à presença de representantes de 100% do capital social. Mesa: Diego Ventura Salgado (Presidente) e Tatiana Malamud (Secretária). Deliberações: Os acionistas deliberaram, por unanimidade: (i) consignar a renúncia dos seguintes membros da Diretoria: (a) Pedro Zinner, CPF/MF nº 034.007.097-86, ao cargo de Diretor Presidente; (b) Lia Machado de Matos, CPF/MF nº 071.991.147-88, aos cargos de Diretora de Marketing e Diretora de Estratégia; (c) Mateus Costa Biselli, CPF/MF nº 406.224.998-74, ao cargo de Diretor de Expansão; (d) Victor Vieira Lino, CPF/MF nº 145.855.267-57, ao cargo de Diretor Sem Designação Específica; (ii) aprovar alterações na composição de cargos da Diretoria, com a supressão das designações de “Diretor de Marketing”, “Diretor de Expansão”, “Diretor de Tesouraria” e “Diretor de Pessoas e Operações”, e a inclusão das designações de “Diretor de Pessoas” e “Diretor de Operações”; (iii) aprovar a alteração do caput do Artigo 15 do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: “Artigo 15. A Companhia será representada pela Diretoria composta de, no mínimo 02 e, no máximo, 14 Diretores, sendo 01 Diretor Presidente, 01 Diretor Financeiro, 01 Diretor de Gestão de Riscos, 01 Diretor Jurídico e de Compliance, 01 Diretor de Relações Governamentais, 01 Diretor de Estratégia, 01 Diretor de Operações, 01 Diretor de Pessoas, 01 Diretor de Tecnologia, e os demais, se houver, Diretores Sem Designação Específica, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, a qualquer tempo, com mandato de 3 anos, permitida a reeleição e a cumulação de cargos. Os membros da Diretoria serão todos residentes no país, eleitos e destituíveis a qualquer momento pela Assembleia Geral. (...)”; (iv) aprovar o remanejamento dos seguintes Diretores: (a) Mateus Scherer Schwening, CPF/MF nº 035.152.031-76, do cargo de Diretor Financeiro para o cargo de Diretor Presidente; (b) Diego Ventura Salgado, CPF/MF nº 053.673.736-31, do cargo de Diretor de Tesouraria para o cargo de Diretor Financeiro; (c) Fabio Vieira Kapitanovas, CPF/MF nº 291.079.138-69, do cargo de Diretor de Pessoas e Operações para o cargo de Diretor de Pessoas; (v) aprovar a eleição dos seguintes membros para a Diretoria: (a) Sandro de Oliveira Bassili, CPF/MF nº 020.521.537-80, ao cargo de Diretor de Operações; (b) Eduardo Vicente Y Silva dos Santos, CPF/MF nº 754.433.500-30, ao cargo de Diretor de Estratégia, com mandatos unificados ao dos demais membros, encerrando-se na AGO 2028, permitida a reeleição; (vi) para fins de consolidação, a Diretoria fica composta pelos seguintes membros, com mandatos válidos até a AGO 2028: (a) Mateus Scherer Schwening – Diretor Presidente; (b) Diego Ventura Salgado – Diretor Financeiro; (c) André Monteiro D’Almeida Monteiro – Diretor de Gestão de Riscos; (d) Tatiana Malamud – Diretora Jurídica e de Compliance; (e) Vinicius do Nascimento Carrasco – Diretor de Relações Governamentais; (f) Fabio Vieira Kapitanovas – Diretor de Pessoas; (g) Raúl Pierre Renteria – Diretor de Tecnologia; (h) João Vitor Osório Misko – Diretor Sem Designação Específica; (i) Sandro de Oliveira Bassili – Diretor de Operações; (j) Eduardo Vicente Y Silva dos Santos – Diretor de Estratégia; (vii) aprovar a consolidação do Estatuto Social. Encerramento: São Paulo/SP, 03/03/2026. Mesa: Diego Ventura Salgado – Presidente; Tatiana Malamud – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 96.646/26-3 em 19/03/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.	

Pagar.me S.A.	
CNPJ/MF nº 18.727.053/0001-74 – NIRE 35.300.455.924	
Extrato da Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de setembro de 2025	
Data, Hora e Local: Em 29/09/2025, às 09h00, na sede da Companhia. Convocação e Presença: Dispensadas as formalidades de convocação, face à presença de acionistas representando 100% do capital social. Mesa: Mateus Scherer Schwening (Presidente) e Tatiana Malamud (Secretária). Deliberações: Os acionistas deliberaram, por unanimidade: (i) aprovar o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 1.600.000.000,00, passando de R\$ 134.275.858,11 (dividido em 122.002.500 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal) para R\$ 1.734.275.858,11 (dividido em 890.531.248 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal), mediante a emissão de 768.528.748 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 2,0819 por ação, fixado com base nos critérios dos artigos 14 e 170, § 1º, inciso II, da Lei das S.A., totalmente subscrito e integralizado pela acionista Stone Instituição de Pagamento S.A., renunciando a acionista DLPPar Participações S.A. expressamente ao seu direito de preferência; (ii) aprovar a alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: “Artigo 5º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 1.734.275.858,11, dividido em 890.531.248 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. (...)”; (iii) aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia. Encerramento: São Paulo/SP, 29/09/2025. Mesa: Mateus Scherer Schwening – Presidente; Tatiana Malamud – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 353.832/25-0 em 14/10/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.	

Airship do Brasil Indústria e Serviços Aéreos Especializados S.A.	
CNPJ/MF nº 07.933.461/0001-66 - NIRE 3530050509-3	
Ata de Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas de Transformação de Sociedade por Ações de Capital Fechado em Sociedade Empresária Limitada sob a Denominação de “Airship do Brasil – Indústria e Serviços Aéreos Especializados Ltda.”	
Sem solução de continuidade, realizada em 23/12/2025	
Data, hora e local: Em 23/12/2025, às 10hs, em São Carlos/SP. Convocação e Presença: Dispensada, em razão da presença dos acionistas da Companhia, representando a totalidade das ações ordinárias com direito a voto. Mesa: Presidente: Sr. Paulo Vicente Caleffi. Secretário: Sr. Paulo César Bertolini. Deliberações aprovadas: (1) Tipo Societária da Companhia: aprovada por unanimidade, o tipo societário da Companhia para “Sociedade Empresária Limitada”, sem solução de continuidade, nos termos da Lei n.º 10.406/2002 (o “Código Civil brasileiro”), com conversão de todas as ações ordinárias da Companhia em “quotas sociais” de valor unitário de R\$ 1,00, nomeação do(s) Administrador(es) e aprovação do Contrato Social que regerá a empresa. Os acionistas presentes resolveram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, aprovar a alteração do tipo societário da Companhia para “ Sociedade Empresária Limitada ”, sem solução de continuidade, a qual passará a ser regida pela Lei n.º 10.406/2002 (o “Código Civil brasileiro”) e ter denominação social de Airship do Brasil – Indústria e Serviços Aéreos Especializados Ltda. , com a consequente conversão de todas as ações ordinárias da Companhia, precisamente R\$ 51.359.277,00 em 51.359.277,00 quotas sociais de valor unitário de R\$ 1,00, perfazendo o montante de R\$ 51.359.277,00. (2) Capital Social: aprovado por unanimidade, elevar o capital social da empresa dos atuais R\$ 51.359.277,00, para R\$ 173.500.000,00, mediante integralização pela sócia “ IBEFAM ” já qualificada, que neste ato e na melhor forma de direito subscreve 122.140.723 quotas sociais de valor unitário de R\$ 1,00, perfazendo a importância de R\$ 122.140.723,00, mediante as seguintes importâncias: R\$ 16.734.846,07 , em moeda corrente nacional; R\$ 105.355.985,36 com Adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC); e R\$ 49.891,57 , a integralizar até 31/12/2027; e Em razão da elevação do capital social na forma articulada nas alíneas anteriores, a Cláusula 4ª do Contrato Social passará a vigorar com a seguinte redação: “CLÁUSULA 4ª. O capital social da empresa está estabelecido no valor de R\$ 173.500.000,00 , dividido em 173.500.000 quotas sociais de valor unitário de R\$ 1,00, inteiramente subscrito em moeda corrente nacional, estando assim distribuído entre os sócios: Sócio(a) Quotista: Paulo Vicente Caleffi; Quotas Sociais: 1: Valor de Participação no Capital Social: R\$ 1,00; Percentual de Participação: 0,01%. Sócio(a) Quotista: IBEFAM – Irani Bertolini Família Participações e Empreendimentos Ltda; Quotas Sociais: 173.499.999; Valor de Participação no Capital Social: R\$ 173.499.999,00; Percentual de Participação: 99,99%. Total das Quotas Sociais: 173.500.000. Total do Valor de Participação no Capital Social: R\$ 173.500.000,00. Total da Percentual de Participação: 100%. Parágrafo 1º. Na forma do artigo 1.052 do Código Civil brasileiro, a responsabilidade de cada sócia será restrita ao valor de suas quotas sociais, respondendo todas, solidariamente, pela integralização do Capital Social. Parágrafo 2º. As sócias responsáveis por atos ou omissões que venham a causar prejuízos ou perdas à empresa e/ou a terceiros, deverão cobrir os prejuízos/perdas de forma integral. Parágrafo 3º. É vedado às sócias, a qualquer título, total ou parcialmente, penhorar as quotas do capital social, caucioná-las, onerá-las ou empenhá-las.” (3) Objeto Social: aprovado pelos presentes, a inclusão no objetivo social da sociedade, da atividade de Locação de embarcações sem tripulação, exceto para fins recreativos (CNAE – FISCAL - 7719-5/01); (4) Alteração da Sede da Sociedade: Aprovada por unanimidade a alteração da sede da sociedade, que passa a ser localizada no Município de Guarulhos/SP, Rua Nova Guataporanga, nº 366, Sala 03-A, Bairro Cumbica, CEP 07180-050, com atualização no Contrato Social da sociedade limitada ora aprovado; (5) Administradores: Os acionistas, agora sócios quotistas, resolveram nomear para o exercício do cargo de administradores da empresa o: i) “ Administrador-sócio ” Sr. Paulo Vicente Caleffi , brasileiro, casado sob o regime da comunhão universal de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 1003494331 SSP/RS e inscrito no CPF/MF sob o nº 068.122.010-49, residente e domiciliado no Município de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Albino de Gasperi, nº 165, Loteamento Piemonte, CEP 95702-656 e, pelos “ Administradores não-sócios ” ii) Paulo César Bertolini , brasileiro, empresário, residente e domiciliado na Rua Alfredo Zanoni, nº 152, Condomínio Mirante do Vale, Bairro Jardim Glória, Bento Gonçalves (RS), CEP 95701-220; iii) Erasmo Bertolini , brasileiro, empresário, residente e domiciliado na Avenida das Américas, nº 127, Condomínio Jardim das Américas, Bairro Ponta Negra, Manaus (AM), CEP 69037-060; e (iv) Daniel Luís Carvalho Bertolini , brasileiro, empresário, residente e domiciliado na Avenida Senador Lemos, nº 500, ap. 2202, Bairro Umarizal, Belém (PA), CEP 66050-000, todos na qualidade de Administradores. Os Administradores ora nomeados, neste ato, Declaram , sob as penas da Lei, não estarem incursos em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que o impeça de exercer atividades mercantis. (6) Contrato Social: aprovado nesta Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas , notadamente na transformação do tipo societário da empresa em “ Sociedade Empresária Limitada ”, sem solução de continuidade, bem como a mudança de sede da sociedade para o Município de Guarulhos/SP, na Rua Nova Guataporanga, nº 366, Sala 03-A, Bairro Cumbica, CEP 07180-050 , os acionistas presentes, ora sócios quotistas, aprovaram o Contrato Social da empresa, o qual passará a vigorar com a redação estabelecida no “Anexo I” desta Ata . Nada mais. Visto de Advogado: Dr. Marcelo Luis Schroder OAB/RS n.º 30.598. JUCESP nº 095.870/26-0 em 19/03/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.	

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC - R\$ 5,0969 / R\$ 5,0975 **
Câmbio livre mercado - R\$ 5,0973 / R\$ 5,0993 *
Turismo - R\$ 5,1252 / R\$ 5,3052
(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central
Variação do câmbio livre mercado no dia: +0,40%

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: -1,24%
Pontos: 173.825
Volume financeiro: R\$ 19,376 bilhões
Maiores altas: CSN Mineração ON (+4,01%), Ultrapar ON (+2,86%), Cogna ON (+1,33%)
Maiores baixas: Braskem PNA (-4,84%), Eneva ON (-3,71%), Localiza ON (-3,69%)
S&P 500 (Nova York): -0,51%
Dow Jones (Nova York): -0,2%
Nasdaq (Nova York): -1,47%
CAC 40 (Paris): -0,05%
Dax 30 (Frankfurt): -0,34%
Financial 100 (Londres): 0,54%
Nikkei 225 (Tóquio): -2,79%
Hang Seng (Hong Kong): 1,33%
Shanghai Composite (Xangai): -1,85%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): nan%
Merval (Buenos Aires): -3,22%
IPC (México): -0,07%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO
IPCA/IBGE
Maio 2025: 0,26%
Junho 2025: 0,24%
Julho 2025: 0,26%
Agosto 2025: -0,11%
Setembro 2025: 0,48%
Outubro 2025: 0,09%
Novembro 2025: 0,18%
Dezembro 2025: 0,33%
Janeiro 2026: 0,33%
Fevereiro 2026: 0,70%
Março 2026: 0,88%
Abril 2026: 0,67%
Maio 2026: 0,81%
Junho 2026: 0,16%



CD Administração e Participação S.A.

CNPJ nº 44.596.203/0001-68

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida.

As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia e no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: A Diretoria da CD - Administração e Participação S.A., dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas, o Balanço Patrimonial dos exercícios em 31 de março de 2026 e 2025 e as respectivas Demonstrações dos Resultados comparativos, do Resultado Abrangente, Mutação do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa e do Valor Adicionado, Notas Explicativas e Relatório dos auditores sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

São Manuel, 17/07/2026. A Diretoria

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025 (Valores expressos em milhares de Reais)

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2026 e 2025 (Em milhares de Reais)	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	99	287	501.458	393.407
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	5.228	8.689
Conta-corrente - Cooperativa	-	-	79.235	113.920
Contas a receber	-	-	7.962	72
Estoques	-	-	122.496	96.176
Adiantamentos a fornecedores	34	-	22.051	20.114
Ativo biológico	-	-	257.272	254.107
Dividendos a receber	42.167	12.703	-	-
Impostos a recuperar	-	-	57.257	3.643
Ativo fiscal	10	10	790	4.467
Outros créditos	-	-	508	2.992
Total do ativo circulante	42.310	13.000	1.054.257	897.587
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	12.564	12.768
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	8.870	8.870
Impostos a recuperar	-	-	31.908	32.274
Ativo fiscal	-	-	48.266	28.717
Outros créditos	-	-	134.299	94.330
Total do realizável a longo prazo	-	-	235.907	176.959
Propriedade para investimentos	-	-	440.450	434.223
Investimentos	959.916	895.703	82.860	94.021
Imobilizado	-	-	1.628.747	1.595.832
Direito de uso	-	-	400.891	312.273
Intangível	-	-	292	261
Total do ativo não circulante	959.916	895.703	2.789.147	2.613.569
Total do ativo	1.002.226	908.703	3.843.404	3.511.156
Passivo				
Fornecedores	-	-	53.146	102.974
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	254.558	163.746
Impostos e contribuições a recolher	1	3	3.709	6.913
Impostos parcelados	-	-	187	298
Salários e férias a pagar	-	-	22.577	21.401
Dividendos a pagar	42.167	15.330	68.999	23.415
Arrendamentos e parcerias a pagar	-	-	36.952	41.019
Outras contas a pagar	-	-	1.656	2.355
Total do passivo circulante	42.168	15.333	441.784	362.121
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	809.619	749.287
Obrigações - Cooperativa	-	-	36.014	33.263
Impostos parcelados	-	-	794	1.057
Provisão para contingências	-	-	3.577	2.280
Outras contas a pagar	4	-	19.523	19.334
Arrendamentos e parcerias a pagar	-	-	363.939	280.549
Impostos de renda e CSLL diferidos	-	-	597.243	599.902
Total do passivo não circulante	4	-	1.830.709	1.685.672
Patrimônio líquido				
Capital social	670.528	412.227	670.528	412.227
Reservas de lucros	74.659	270.475	74.659	270.475
Ajustes de avaliação patrimonial	214.867	210.668	214.867	210.668
Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores	960.054	893.370	960.054	893.370
Participação de não controladores	-	-	610.857	569.993
Patrimônio líquido total	960.054	893.370	1.570.911	1.463.363
Total do passivo	42.172	15.333	2.272.493	2.047.793
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.002.226	908.703	3.843.404	3.511.156

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais da controladora e consolidadas (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A CD Administração e Participação S.A. ("Companhia" ou "Controladora") tem sua sede administrativa instalada no município de São Manuel, Estado de São Paulo - Brasil, e tem por objeto a intermediação de negócios e a participação em outras sociedades Ambiente externo e fatores macroeconômicos relevantes: Conflitos geopolíticos: Os conflitos geopolíticos representam um risco para a Companhia e suas controladas. A escalada desses conflitos em regiões-chave de produção de petróleo pode aumentar as variações nos preços de produtos vendidos, taxas, câmbio e insumos e questões logísticas, a depender da situação. Esses riscos podem impactar a receita e custos operacionais da Companhia e suas controladas. Variações climáticas: Riscos associados às condições climáticas podem impactar a Companhia, especialmente geadas, questões hídricas decorrentes de secas prolongadas e incêndios, refletindo negativamente a produtividade dos canaviais, e consequentemente a produção de açúcar, etanol e outros coprodutos, podendo afetar as receitas, custos e valor dos ativos biológicos. 2. Entidades da Companhia: As demonstrações financeiras consolidadas incluem a consolidação da seguinte controlada, em conjunto "Grupo" ou "Companhia e sua controlada" conforme segue:

Controlada:	País	Participação acionária	
		2026	2025
Usina Açucareira S.Manoel S.A.	Brasil	61,1111%	61,1111%
Controlada direta:		Participação acionária	
		2026	2025
São Manoel Participações Ltda.	Brasil	100,00%	100,00%
Sao Manoel Biogás S.A	Brasil	80,00%	80%

Coligada indireta: Copersucar S.A. Brasil 3,4518% 4,5309%

a Contexto operacional: Usina Açucareira S. Manoel S.A.: Entidade, com sede na cidade de São Manuel, Estado de São Paulo - Brasil, tem por objeto a fabricação de açúcar e etanol, que são comercializados através da Cooperativa de Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo e demais produtos derivados da cana-de-açúcar; a prestação de serviços agrícolas pertinentes à cultura canieira; a exportação de produtos originários de sua produção; e a importação de produtos, máquinas e equipamentos correlatos ao seu objeto social. Parte substancial da matéria-prima consumida (cana-de-açúcar) é de produção própria. A Companhia é uma cooperada da Cooperativa de Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo para a qual transfere toda a produção de açúcar e etanol para comercialização de acordo com o contrato de safra entre as partes. São Manoel Participações Ltda.: Entidade com sede na cidade São Manuel, Estado de São Paulo - Brasil, tem por objeto a participação em outras sociedades como sócia ou acionista, incluindo a compra, venda, permuta, subscrição de quotas, ações e/ou títulos conversíveis em quotas e/ou ações. São Manoel Biogás S.A.: São Manoel Biogás S A, com sede no município de São Manuel, Estado de São Paulo, na Fazenda Boa Vista, s/n, sala 04, Zona Rural, tem por objeto social a produção e comercialização de biogás, biometano e seus subprodutos, seus derivados e correlatos; a produção e comercialização de biocombustíveis, exceto etanol; distribuição de combustíveis gasosos, e participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, sediadas no Brasil ou no exterior, excetuadas instituições financeiras. Copersucar S.A.: Entidade constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, tem sede e foro na cidade de São Paulo (SP) e tem as seguintes atividades preponderantes em seu objeto social: a importação, exportação, comercialização, industrialização, guarda, serviços de carga e descarga de açúcar, etanol e derivados, nos mercados nacionais e internacionais; a representação comercial de açúcar, etanol e derivados; logística terrestre, fluvial e marítima; transporte de cargas, inclusive perigosas, e atuação como operadora de transporte multimodal; prestação de serviços técnicos e de consultoria relativos às atividades antes mencionadas; e participação no capital de outras entidades. Participação de acionistas não controladores: De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 36 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais, a participação dos acionistas não controladores é apresentada nos balanços patrimoniais como parte do patrimônio líquido, segregada da participação dos acionistas da Controladora. Na demonstração do resultado,

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 (Em milhares de Reais)									
	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação		Dividendo	Patrimônio líquido		Participação	
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção	Lucros acumulados	adicional	dos acionistas da Controladora	dos Não Controladores	Patrimônio líquido	
Saldo em 1º de abril de 2024	412.227	23.463	127.896	-	215.550	5.380	784.516	499.772	1.284.288
Aumento de capital conforme AGO/E de 14 de junho de 2024	85.080	-	(85.080)	-	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(5.380)	(5.380)	-	(5.380)
Realização do custo atribuído em controlada	-	-	-	2.126	(2.126)	-	-	960	960
Constituição de ajuste de avaliação patrimonial em controlada	-	-	-	84	(84)	-	-	-	-
Constituição de ajuste de avaliação patrimonial em investida indireta	-	-	-	-	(2.744)	-	(2.744)	(1.067)	(3.811)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros – hedge accounting – controlada	-	-	-	-	72	-	72	28	100
Lucro líquido do exercício	-	-	-	132.236	-	-	132.236	84.228	216.464
Destinação do lucro líquido:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	6.612	-	(6.612)	-	-	-	(4.211)	(4.211)
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(15.330)	-	-	(15.330)	(9.717)	(25.047)
Reserva de retenção de lucros	-	-	112.504	(112.504)	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2025	497.307	30.075	155.320	-	210.668	-	893.370	569.993	1.463.363
Aumento de capital conforme AGO/E de 02 de julho de 2025 – AGO/E de 31 de dezembro de 2025	173.221	-	(173.221)	-	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	(42.178)	-	-	-	(42.178)	(25.853)	(68.031)
Realização do custo atribuído em controlada	-	-	-	5.472	-	-	5.472	-	5.472
Constituição de ajuste de avaliação patrimonial em controlada	-	-	-	(520)	520	-	-	-	-
Constituição de ajuste de avaliação patrimonial em investida indireta	-	-	-	(1.670)	1.670	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros – hedge accounting – controlada	-	-	-	(2.009)	2.009	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	103.390	-	-	103.390	66.717	170.107
Destinação do lucro líquido:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	5.169	-	(5.169)	-	-	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	99.494	(99.494)	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2026	670.528	35.244	39.415	-	214.867	-	960.054	610.857	1.570.911

Demonstrações de resultados				
Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 (Em milhares de Reais)				
	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Receita operacional líquida	-	-	1.062.047	1.149.988
Valor justo do ativo biológico	-	-	125	1.447
Custo das vendas	-	-	(831.982)	(871.853)
Lucro bruto	-	-	230.190	279.582
Despesas comerciais	-	-	(5.171)	(7.407)
Despesas administrativas gerais	(156)	(126)	(68.414)	(57.719)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	-	-	63.014	26.794
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e dos impostos	(156)	(126)	219.619	241.250
Receitas financeiras	2	7	85.474	48.864
Despesas financeiras	(2)	(2)	(172.405)	(147.009)
Resultado (despesas) financeiras líquidas	-	-	5	(86.931)
Participação no resultado de empresa investida por equivalência patrimonial	103.546	132.357	21.830	18.207
Resultado antes dos impostos	103.390	132.236	154.518	161.312
IRPJ e CSLL - corrente	-	-	11.236	(1.045)
IRPJ e CSLL - diferido	-	-	4.353	56.197
Lucro líquido do exercício	103.390	132.236	170.107	216.464
Resultado Atribuído para Acionistas controladores	-	-	103.390	132.236
Acionistas não controladores	-	-	66.717	84.228
	-	-	170.107	216.464

Demonstrações de resultados abrangentes				
Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 (Em milhares de Reais)				
	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Resultado do exercício	103.390	132.236	170.107	216.464
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-
Hedge accounting - operações câmbio	3.045	108	4.982	177
Efeitos tributários de hedge accounting	(1.035)	(37)	(1.694)	(60)
Resultado abrangente total	105.400	132.308	173.395	216.581

Demonstrações do valor adicionado				
Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 (Em milhares de Reais)				
	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Receitas	-	-	1.179.880	1.261.173
Vendas de produtos	-	-	7.358	26.810
Outras receitas (despesas)	-	-	1.187.238	1.287.983
Insumos adquiridos de terceiros	(156)	(124)	(235.886)	(285.029)
Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	(156)	(124)	(235.886)	(285.029)
Valor adicionado bruto	(156)	(124)	951.352	1.002.954
Depreciação e amortização	-	-	(292.521)	(271.728)
Consumo ativo biológico	-	-	(172.414)	(174.944)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(156)	(124)	486.417	556.282
Valor adicionado recebido em transferência	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	103.546	132.357	21.828	18.207
Receitas financeiras	2	7	85.474	48.857
Ajuste a valor presente de arrendamentos	-	-	(24.354)	(26.382)
Variações cambiais e monetárias	-	-	(12.153)	(9.859)
Derivativos	-	-	83	932
Valor adicionado total a distribuir	103.392	132.240	557.295	588.037
Remuneração direta	-	-	173.827	155.199
Benefícios	-	-	33.749	30.048
FGTS	-	-	13.259	11.497
Pessoal	-	-	220.835	196.744
Federais	2	4	(20.234)	(19.385)
Estaduais	-	-	37.210	70.296
Municipais	-	-	2.114	1.837
Impostos, taxas e contribuições	2	4	19.090	52.748
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	135.978	111.697
Arrendamentos	-	-	11.285	10.384
Remuneração de capitais de terceiros	-	-	147.263	122.081
Resultado líquido do exercício	103.390	132.236	170.107	216.464
Remuneração de capitais próprios	103.390	132.236	170.107	216.464
Distribuição do valor adicionado	103.392	132.240	557.295	588.037

a participação dos acionistas não controladores não é deduzida na avaliação do lucro líquido ou prejuízo do exercício, sendo apenas destacada da participação dos acionistas da Controladora. 3. Base de preparação: a Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC e CFC): As

Diretoria

Pedro Dinucci - Diretor

Gustavo Henrique Acencio Barboza - Contador - CRC 1SP 331.681

Relatório dos auditores sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos - Demonstrações do adicionado: As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31/03/2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, e cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras

livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional

continua

PUBLICIDADE LEGAL

continuação

ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da

base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. – Planejamos e executamos a auditoria do grupo

para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis da administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 17/07/2026

Gustavo de Souza Matthiesen
Contador
CRC 1SP293539/0-8

KPMG
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/0-5 F SP

Pagar.me S.A.
CNPJ/MF nº 18.727.053/0001-74 – NIRE 35.300.455.924
Extrato da Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 08 de Maio de 2026
Data, Hora e Local: Em 08/05/2026, às 08h30, na sede da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, face à presença de representantes de 100% do capital social. **Mesa:** Diego Ventura Salgado (Presidente) e Tatiana Malamud (Secretária). **Deliberações:** Os acionistas deliberaram, por unanimidade: **(i)** aprovar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2025; **(ii)** aprovar a destinação do prejuízo do exercício social encerrado em 31.12.2025, de R\$ 29.850.728,27, para a conta de prejuízos acumulados; **(iii)** consignar a renúncia de André Monteiro D'Almeida Monteiro, CPF/MF nº 631.491.505-82, ao cargo de Diretor de Gestão de Riscos; **(iv)** aprovar a eleição de Thomas Gregor Ilg, CPF/MF nº 120.800.938-94, ao cargo de Diretor de Gestão de Riscos, com mandato unificado ao dos demais membros, encerrando-se na AGO que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício a ser encerrado em 31.12.2027 ("AGO 2028"), permitida a reeleição; **(v)** para fins de consolidação, a Diretoria fica composta pelos seguintes membros, com mandatos válidos até a AGO 2028: (a) Mateus Scherer Schwening – Diretor Presidente; (b) Diego Ventura Salgado – Diretor Financeiro; (c) Tatiana Malamud – Diretora Jurídica e de Compliance; (d) Vinicius do Nascimento Carrasco – Diretor de Relações Governamentais; (e) Fabio Vieira Kapitanovas – Diretor de Pessoas; (f) Raúl Pierre Renteria – Diretor de Tecnologia; (g) João Vitor Osório Misko – Diretor Sem Designação Específica; (h) Sandro de Oliveira Bassili – Diretor de Operações; (i) Eduardo Vicente Y Silva dos Santos – Diretor de Estratégia; (j) Thomas Gregor Ilg – Diretor de Gestão de Riscos. São Paulo/SP, 08/05/2026. **Mesa:** Diego Ventura Salgado – Presidente; Tatiana Malamud – Secretária. JUCESP – Registro nº 217.919/26-1 em 21/05/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

GP Partnership S.A.
CNPJ nº 50.014.464/0001-25 - NIRE 35300611471
Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária
Ficam convocados os senhores acionistas da **GP Partnership S.A. ("Companhia")** a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se aos 24 dias de julho de 2026, às 08:00 horas, na sede da Companhia, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Av. Copacabana, 325, 21º andar, sala 2106, Dezoito do Forte Empresarial/Alphaville, CEP 06.472-001, a fim de deliberarem sobre: (i) o cancelamento de ações preferenciais classe A e ações preferenciais classe B de emissão da Companhia mantidas em tesouraria e (ii) a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações tomadas. Barueri, 15 de julho de 2026. **Thiago Lolkus Nigro**, Presidente do Conselho de Administração.

GP Partnership S.A.
CNPJ nº 50.014.464/0001-25 - NIRE 35300611471
Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária
Ficam convocados os senhores acionistas da **GP Partnership S.A. ("Companhia")** a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se aos 24 dias de julho de 2026, às 10:00 horas, na sede da Companhia, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Av. Copacabana, 325, 21º andar, sala 2106, Dezoito do Forte Empresarial/Alphaville, CEP 06.472-001, a fim de deliberarem sobre (i) o aumento do capital social da Companhia e (ii) a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações tomadas. Barueri, 15 de julho de 2026. **Thiago Lolkus Nigro**, Presidente do Conselho de Administração.

COTAÇÃO DAS MOEDAS

Coroa (Suécia)	- 0,5289
Dólar (EUA)	- 5,0975
Franco (Suíça)	- 6,3103
Iene (Japão)	- 0,03139
Libra (Inglaterra)	- 6,874
Peso (Argentina)	- 0,003457
Peso (Chile)	- 0,005512
Peso (México)	- 0,2925
Peso (Uruguai)	- 0,1269
Yuan (China)	- 0,7527
Rublo (Rússia)	- 0,06527
Euro (Unidade Monetária Europeia)	- 5,8356

Brigas na campanha de Lula

Comunicação

Sidônio Palmeira
Ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência

X

Marco Aurélio Santana Ribeiro (Marcola)
Chefe de gabinete do presidente

Motivo

Rumos e estilo da propaganda da campanha

Plano econômico de governo

Sérgio Gabrielli
Coordenador do programa

X

Fernando Haddad
Ex-ministro da Fazenda e pré-candidato ao Governo de SP

Motivo

Diretrizes da política econômica no plano de governo

Equipe jurídica

Edinho Silva
Presidente do PT

X

Marco Aurélio Carvalho
Coordenador do grupo Prerrogativas

Motivo

Divergência entre uma atuação jurídica técnica e discreta e uma atuação mais política e combativa

DATA MERCANTIL
SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.

datamercantil.com.br

NEGÓCIOS

BYD chega a 100 mil carros montados na Bahia e projeta produção local



A montadora de automóveis elétricos BYD atingiu a marca de 100 mil veículos produzidos em sua fábrica em Camaçari, na Bahia, com metas de ampliar a produção de componentes no Brasil.

A unidade industrial foi inaugurada há pouco mais de um ano, em junho de 2025, operando com kits SKD, conjuntos de peças importadas usados para montar veículos no Brasil. Nesse modelo, os automóveis vêm praticamente prontos da China, com carrocerias pintadas e os veículos parcialmente montados.

A expectativa é que a fábrica avance nos próximos meses com a abertura de novas etapas produtivas, incluindo os setores es-

tamparia, solda e pintura. As obras do galpão que vai abrigar estes setores estão em fase final no complexo de Camaçari.

"A BYD tem como natureza a verticalização da sua cadeia produtiva. Todo o anterior complexo fabril será utilizado para fabricar partes, peças e componentes. E todos os prédios de estamparia, solda e pintura, estão sendo construídos em uma área onde não existia nada", afirmou o vice-presidente da BYD no Brasil, Alexandre Baldy.

A nacionalização da produção das peças e componentes é uma das exigências para os incentivos fiscais recebidos pela montadora chinesa, que investe R\$ 5,5 bilhões na fábrica na Bahia.

O executivo destacou

ainda o crescimento no mercado brasileiro ao longo do último ano. No primeiro semestre de 2026, o volume de vendas de automóveis cresceu 110% em comparação com o mesmo período do ano passado.

Em um ano, a BYD se tornou a quarta maior do país, chegando a 70% da participação dentre os carros totalmente elétricos. A meta da empresa é se tornar a maior montadora do Brasil até 2030.

A montadora chinesa assumiu o parque industrial que era da Ford, que atuou na Bahia entre 2001 e 2021. O complexo industrial será composto por três fábricas, com capacidade inicial de produção de 150 mil carros elétricos e híbridos por ano.

Folhapress

Anvisa suspende lotes de água Mamba Water com mesma bactéria encontrada em produtos Ypê e Crystal

A Anvisa suspendeu a venda e consumo dos lotes 13 e 14 da água mineral sem gás Mamba Water, envasada em latas de 350 ml, após a identificação da bactéria *Pseudomonas aeruginosa* durante análises de controle de qualidade. Os produtos foram fabricados em 3 e 4 de abril de 2026 e têm validade até abril de 2027.

Segundo a agência, o recolhimento foi solicitado de forma voluntária pela fabricante HNK BR Indústria de Bebidas após a detecção da bactéria em análises de rotina. A empresa informou à Anvisa que os lotes afetados são restritos à água mineral sem gás em lata de 350 ml.

Em comunicado, a Mamba Water afirma que não há registro de reclamações de consumidores nem de impactos à saúde relacionados aos produtos recolhidos. Segundo a empresa, cerca de 82% do volume dos lotes já havia sido bloqueado preventivamente e permanece fora

de circulação. A fabricante informa ainda que medidas corretivas foram adotadas junto ao fornecedor.

A *Pseudomonas aeruginosa* é uma bactéria encontrada naturalmente na água e no solo. Ela ganhou notoriedade no Brasil após ser detectada em lotes de detergentes da Ypê recolhidos pela Anvisa. Em pessoas saudáveis, o risco costuma ser baixo, mas a bactéria pode provocar infecções em indivíduos imunossuprimidos.

Vale lembrar que detergentes e desinfetantes da Ypê produzidos a partir de 1º de janeiro de

2026, bem como lavas-roupas líquidos fabricados desde 31 de março, já foram liberados pela agência. A empresa ainda não informou como será o recolhimento dos lotes anteriores.

Apesar de classificar a ocorrência como pontual, a Mamba Water orienta que consumidores que possuam unidades dos lotes 13 e 14 não consumam o produto.

Folhapress

Grupo de defesa dos Emirados Árabes anuncia compra da brasileira Akaer



O grupo de tecnologia avançada e defesa Edge, dos Emirados Árabes Unidos, anunciou nesta quinta-feira (16) a compra de 100% de participação da Akaer, empresa brasileira do setor aeroespacial. O valor da aquisição não foi divulgado pelas companhias. A operação ainda está sujeita a aprovações regulatórias.

Segundo a Edge, a aquisição proporcionará ao grupo uma base consolidada de engenharia no Brasil e uma equipe multidisciplinar qualificada, com atuação em todo o ciclo de vida do produto, da concepção do projeto à sua industrialização.

Anteriormente, a Akaer já tinha parceria com a Edge para desenvolvimento e in-

dustrialização de sistemas não tripulados.

Com a compra, o grupo emiradense prevê mais facilidade para cumprir os cronogramas de industrialização de programas estratégicos e para ampliação das habilidades do grupo em infravermelhos e tecnologias relacionadas ao setor espacial.

"A Akaer agrega uma profunda capacidade de engenharia à Edge. Trata-se de uma equipe altamente especializada, com três décadas de experiência na execução de programas aeroespaciais complexos, e essa expertise fortalece ainda mais a proposta de valor que oferecemos em todo o grupo", disse Hamad Al Marar, CEO de grupo

Edge em nota a jornalistas.

Ainda segundo Al Marar, a empresa terá como prioridade garantir a continuidade dos colaboradores da Akaer, de seus programas e de seus clientes.

A Akaer foi fundada em 1992 em São José dos Campos (SP) e acumula mais de 10 milhões de horas de engenharia em um portfólio que inclui programas militares e comerciais.

Entre os principais projetos com participação da Akaer estão o caça Gripen, da Saab, e os programas Super Tucano, ERJ-E1, ERJ-E2, Legacy 450/500 e KC-390, da Embraer. A empresa também deu suporte de engenharia para o 747-8, aeronave de fuselagem larga da Boeing.

Folhapress